‘PT precisa ir fundo nas mudanças’

13/11/2006

Publicada originalmente na Agência Carta Maior. Se preferir, clique aqui e leia a entrevista no seu local original.

O Professor Paul Singer concedeu entrevista à Agência Carta Maior onde falou sobre os rumos do PT, do segundo mandato do presidente Lula e fez um balanço das políticas de inclusão, em especial a Economia Solidária.

Antonio Biondi – Carta Maior

‘PT precisa ir fundo nas mudanças’

Professor avalia que “profissionalização” atual do PT amplia a dependência por dinheiro e que partido tem de estar “mais aberto à sociedade, não para captar votos, mas para captar demandas, análises e informações”

SÃO PAULO – Para Singer, que integra o Partido dos Trabalhadores desde a época de sua fundação, o rumo atual do partido aponta para uma “decadência”, tornando-o hoje “muito parecido com os partidos que sempre desprezamos: os partidos de políticos profissionais, de assessores, de cabos eleitorais”.

O professor avalia que hoje o PT é um partido de políticos profissionais e que depende muito de dinheiro, o que acaba forçando-o a procurar “levantar fundos aonde eles existem, junto aos bancos, junto às grandes empresas”.

Para Singer, que é secretário nacional de economia solidária do ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, o partido precisa ir “fundo nas mudanças”, que deveriam ser “para ontem”. Ele defende que o partido tem de estar mais aberto à sociedade, “não para captar votos, mas para captar demandas, análises e mais informações” e avalia que as punições podem ser conseqüência de todo o processo de transformação.

Carta Maior – Professor, o que o senhor acredita que o PT deva fazer para recompor seu patrimônio político e ético e sair fortalecido da crise? Seja na questão das punições, seja na diretoria do partido, seja nas prioridades, o que o PT deve fazer para se recompor efetivamente?
Paul Singer – Eu acho que o PT precisa ir fundo nessas mudanças. Eu não acredito muito em punições, embora isso possa vir a acontecer, no decorrer do processo, mas não é o objetivo. O objetivo é mudar o rumo do partido.

O partido apontou um rumo que para muitos de nós e para mim certamente é o rumo da decadência. O PT está hoje muito parecido com os partidos que nós sempre desprezamos: os partidos de políticos profissionais, e de assessores, de cabos eleitorais, é um partido de políticos profissionais e que depende muito de dinheiro, de grandes somas de dinheiro e isso acaba forçando o partido a aceitar, e mais do que aceitar, procurar levantar fundos aonde eles existem, junto aos bancos, junto às grandes empresas. Obviamente isso influi. Você tem de um lado uma base militante, uma história do PT, que inclina o partido à esquerda, e de outro lado você tem uma dependência de dinheiro que inclina o partido à direita. Daí as dubiedades, que para mim já foram longe demais.

CM – O que fazer, portanto?
PS – O que eu penso que o PT vai ter que fazer é mudar completamente o modo de ser. De certa forma é voltar a ser o que foi no início, sem querer voltar no tempo, evidentemente, sem querer anular todo o acúmulo inclusive em termos de ter governado o país, tanto no nível municipal, quanto estadual e agora federal…

Mas a primeira coisa que é preciso fazer a meu ver é desprofissionalizar o PT. Claro que haverá políticos profissionais, é impossível você ser um partido governante em nosso país sem ter gente que se dedique integralmente, em tempo integral a essas tarefas. Eu mesmo estou no governo e não faço qualquer outra coisa a não ser isso. Agora, eu faço isso ocasionalmente, só para dar um exemplo pessoal. Fui secretário de planejamento da prefeitura de São Paulo por quatro anos [1989-1992] e agora estou sendo secretário nacional de economia solidária, por quatro anos, pode ser até oito, embora eu não creia que fique tanto tempo.

Agora, no meio tempo, sou professor universitário, sou pesquisador… Eu não dependo propriamente do emprego público para viver, para sustentar minha família, etc.
Hoje, a tendência do partido é 100% nessa direção, porque o partido funciona 48h por semana. E ninguém que exerça alguma atividade profissional pode acompanhar isso. Esse fato por si só, profissionaliza o partido, dá essa feição dependente de dinheiro que a meu ver é mortal.

CM – O senhor acha que esse é um processo longo, que começa no próximo congresso do partido, em 2007, ou é um processo que dá para fazer com maior celeridade?
PS – Não sei dizer, mas gostaria que fosse feito para ontem. Porque foi um erro nosso, eu faço minha auto-crítica de não ter visto isso antes e levantado o alarme. Esses escândalos todos tiveram que nos sacudir, para a gente finalmente querer olhar onde não queria e eu acho que agora muitos de nós petistas estamos decididos a trabalhar por essa mudança.

CM – Olhando então para esse quadro, professor, qual seria o papel do PT no próximo governo Lula?
PS – Isso depende do Lula, não depende do PT. O PT se empenhou profundamente na eleição dele, agora não se pode ter a mesma atitude do PMDB e de outros partidos aliados, que procuram seu espaço no governo em função do número de parlamentares que elegeram e assim por diante. Eu pelo menos não encaro assim, acho que ocupar poder não é um fim em si. Se o governo Lula puder cumprir o seu programa no segundo mandato de uma forma tão boa como fez no primeiro – por isso que ele foi reeleito, embora tenha havido falhas – eu estaria satisfeito sem exigir “espaço para o PT”.

CM – Uma cobrança que foi bastante feita ao PT – e aos movimentos sociais – foi de que o partido praticamente virou governo e que nesse segundo mandato o partido precisa ter mais autonomia, se comportar como uma outra instituição. O senhor vê essa necessidade?
PS – O lado forte do governo Lula tem sido, acho que vai continuar sendo, a política redistributiva, também chamada de política social. E ela é mais do que isso, trata-se realmente uma política de combate à pobreza absoluta que é, a meu ver, absolutamente prioritária, e da redistribuição de renda.

Para desenvolver esse trabalho, é preciso de quadros qualificados, principalmente do movimento popular, então não dá para abrir mão da participação dessas pessoas no governo. Eles não precisam ser petistas. Mas se, a título de tornar o governo menos petista, você abrir mão de pessoas que têm os conhecimentos e mais do que isso, que têm ligações com os movimentos, isso seria um erro fantástico a meu ver. As melhores políticas no governo Lula foram, em grande parte mas não unicamente, implementadas por petistas. Pelo menos parte deles, o Patrus Ananias [ministro do Desenvolvimento Social], a Marina Silva [ministra do Meio Ambiente], vamos ficar nesses, devem a meu ver continuar.

CM – Mas isso é dentro do governo. Fora, o partido precisa ter uma outra atitude em relação ao governo, ou não? O senhor acha que isso foi equilibrado?
PS – Eu acho que não foi nada equilibrado. O partido carece de vida política interna. Com a profissionalização extrema, os núcleos raramente funcionam, as direções mesmo se reúnem raramente e por pouco tempo. As reuniões são muito curtas. Entrei no PT na época da fundação, fui membro do Diretório Nacional e as reuniões eram muito longas, a gente tinha um monte de discussão. Agora as reuniões são “vapt-vupt”.

É preciso restaurar uma vida política mais intensa e de mais discussão interna, ouvir mais as bases e os nossos parceiros dos movimentos sociais, sindicatos, igreja, universidade, etc. O partido tem de estar mais aberto à sociedade, não para captar votos, mas para captar demandas, captar análises e mais informações.

CM – Por outro lado, o partido sofreu vários ataques, tem todos os problemas que o senhor está colocando, mas acabou crescendo nessa eleição. O Lula teve uma votação novamente alta…
PS – Muito parecida com a de 2002.

CM – Isso. E o número de estados governado pelo partido aumentou… Então, como depois de todos os problemas, de todos os ataques que o partido sofreu, ele conseguiu se manter sólido e até crescer?
PS – A explicação é que, de um lado, a política do governo, identificada com o PT, beneficiou fortemente uma parcela majoritária dos brasileiros, que responderam com uma certa gratidão, mas também com vistas a exatamente assegurar uma continuidade. Isso ficou claro na grande votação que o Lula teve no Nordeste e no Norte, que são as regiões mais pobres do país e onde conquistamos dois grandes governos.
O PT tem muitas credenciais. Mas a falta de vida interna me deixa angustiado. O partido vive agora em função de seus parlamentares, em função de seus prefeitos e governadores e em função do seu presidente. Quando assumimos o governo de São Paulo em 1989 era muito diferente. O partido tinha uma vida independente e "enchia o saco". E hoje chegamos à conclusão de que essa postura foi extremamente importante para nós. Era necessário que alguém brigasse, fizesse greve, protestos, etc., para que víssemos que não estávamos acertando tanto quanto imaginávamos.

CM – Professor, falamos da avaliação do PT na eleição. Há também essa avaliação de para onde o país foi, se para a esquerda, para a direita, se continua na mesma… Mas um aspecto interessante é que a palavra socialismo voltou um pouco a poder ser usada – na eleição de 2002 ninguém falava em socialismo…
PS – Achei bastante interessante que, dos quatro candidatos que tiveram uma votação mais expressiva, incluindo o Cristóvam, três provieram do PT. E concorreram por partidos de esquerda. O PSOL e o PDT, bem ou mal, podem ser considerados de esquerda também. Então, a esquerda teve uma certa hegemonia. Hoje, me parece estar havendo um retorno de uma certa hegemonia de idéias de esquerda.

Antes, havia uma tendência forte de olhar a esquerda como uma coisa ultrapassada. Isso vinha do fracasso da União Soviética, do stanilismo, etc. Um dia isso tinha que ser superado. Hoje, dezessete anos depois da queda do Muro [de Berlim], esse trauma me parece estar sendo superado. E os problemas do mundo estão aí. Então, olhar para o socialismo, não como uma repetição das tentativas de planejamento centralizado, etc., mas pelo ângulo da economia solidária e de iniciativas nessa direção, são idéias que se tornam novamente palatáveis, discutíveis e respeitáveis.

'Combate à pobreza exige mais pressa, mas transformações estão ocorrendo'

Professor aponta avanços na economia solidária e nas políticas contra a exclusão, mas ressalta que transformações nessas áreas exigem tempo

SÃO PAULO – Secretário nacional de economia solidária do ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paul Singer atua à frente de um setor que conta hoje com mais de 15 mil empreendimentos no país.

Dados do ministério apontam que os empreendimentos deste tipo de atividade envolvam hoje em torno de 1,5 milhão de pessoas em 2.274 municípios, e movimentem cerca de R$ 500 milhões mensais ou R$ 6 bilhões por ano.

Singer aponta que, com o país passando a crescer a índices mais altos, o desemprego tende a diminuir, fazendo com que as iniciativas de economia solidária sejam cada vez menos uma defesa contra a exclusão social.

O professor reconhece que o combate a pobreza tem pressa, mas defende que transformações nesse ponto estão ocorrendo, e que elas exigem tempo.

Carta Maior – Professor, gostaria que o senhor fizesse um balanço de quanto a economia solidária cresceu no primeiro governo Lula, o quanto ganhou espaço na agenda do governo e do país nesse período e o quanto acha que pode avançar no segundo mandato de Lula.

Paul Singer – Nosso primeiro grande mapeamento, o Atlas da Economia Solidária no Brasil, foi feito em 2005 – não houve levantamento num momento anterior que nos permitisse usar o mapeamento para dizer quanto cresceu. Mas é indiscutível que há um grande crescimento quantitativo e qualitativo. O qualitativo significa que a palavra economia solidária está se tornando de uso comum. Já não se põe mais em letra maiúscula e entre aspas.

Mais e mais brasileiros tomam conhecimento de que é uma forma de fazer economia, normal e que compete com as demais, como a forma capitalista, a estatal… São modos de produção diferentes que convivem competindo entre si.

A economia solidária está estruturada nacionalmente hoje em um Fórum, de que grande parte dos empreendimentos de participam, e que conta com muitos movimentos, ongs e gestores públicos. É um Fórum que dá uma estruturação e uma representação política à economia solidária. Tudo isso são avanços muito grandes.

CM – Professor, nós temos uma série de fatores negativos referentes ao trabalho, como a precarização, o avanço da informalidade, a terceirização… E a economia solidária responde a isso de certa forma. O que o senhor acha que precisa ser aprimorado neste segundo mandato para que essas diretrizes de acesso ao microcrédito, de geração de empregos por meio desses empreendimentos, etc., possam se ampliar?
PS – Realmente, o principal fator que impulsionou esse crescimento bastante notável da economia solidária no Brasil foi o desemprego. O desemprego ainda está alto, caiu no governo Lula, mas caiu pouco e, na medida em que as empresas vão falindo, o que é natural, sempre acontece, mais e mais trabalhadores assumem essas empresas. Então hoje você já tem uma economia de empresas recuperadas no Brasil, em muitos ramos industriais, na agricultura, no comércio, serviços e assim por diante. E isso vai crescer. Inclusive porque a nova lei de falências abre um espaço para que isso possa acontecer sistematicamente. Agora, se a gente conseguir fazer a economia crescer mais e diminuir o desemprego, esse motivo vai sumir, vai se tornar menos intenso, e a economia solidária será menos uma defesa contra a exclusão social, que é no fundo o que ela tem sido muito nos últimos anos.

CM – Seria realmente uma grande mudança…
PS – Eu encaro essa transformação como algo muito positivo. Acho que a economia solidária é muito mais do que um instrumento contra a exclusão social. Ela é isso também, mas ela é muito mais, ela é uma alternativa superior ao capitalismo, na qual você pode organizar de forma democrática a atividade produtiva. E quando você o faz, você tem enormes ganhos, para começar humanos. As pessoas se sentem mais felizes em não serem objetos, mas serem sujeitos do seu trabalho, poderem participar das decisões, saberem por que as coisas estão acontecendo, em vez de serem um peão sendo movido para lá e para cá por uma administração anônima e etc.

Agora, eu creio que nada disso vá mudar tão rapidamente. Hoje, me parece que o principal eixo de desenvolvimento da economia solidária seja o do desenvolvimento local nas áreas mais pobres e abandonadas ou decadentes do país.

CM – Não sei se é uma relação forçosa ou forçada que vou fazer. Mas hoje existem mais de 11 milhões de famílias sendo atendidas pelo Bolsa Família. De alguma forma, o senhor acha que seria possível e interessante fortalecer a economia solidária para criar alternativas da chamada “porta de saída” para essas famílias?
PS – Exatamente. Essas famílias vivem em geral em comunidades pobres. Os pobres formam comunidades. Eles são isolados pelos outros setores da sociedade e acabam sendo agrupados ou nas periferias das cidades, das grandes cidades, ou em bolsões de pobreza rural. E os pobres se ajudam mutuamente, porque são seres humanos, porque sentem ali solidariedade e porque é uma condição de sobrevivência para eles. Os mais pobres, miseráveis, se eles não se ajudarem mutuamente morrem. Literalmente.

Então, está acontecendo hoje um processo de desenvolvimento endógeno, que parte dessas comunidades, e que se fundamenta muito nessa predisposição à ajuda mútua. É transformar a ajuda mútua numa alavanca de

auto-ajuda coletiva e que transforma comunidades muito pobres em comunidades cada vez menos pobres e mais prósperas.
E isso está sendo feito hoje no governo Lula eu diria em uma escala cada vez maior, por diferentes ministérios. A minha secretaria tem um programa de agentes de desenvolvimento, o Ministério da Integração Nacional tem um programa, o Ministério do Desenvolvimento Social tem outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário idem, a Seppir (Secretaria de Políticas Públicas de Igualdade Racial) está cuidando dos quilombos, que são mais de mil no Brasil… Eu não vou ficar enumerando aqui, mas é muita coisa.

As pessoas entram na economia solidária não porque não tem uma outra alternativa, mas porque essa é a alternativa que lhes permite uma saída da pobreza pelas próprias pernas em vez de esperar. A porta de saída pode ser por aí.

CM – Então existe uma diretriz nesse sentido.
PS – Existe, existe. Esse processo de desenvolvimento endógeno dá certo, há experiências suficientes para nos permitir dizer isso com segurança total… Desde que não haja pressa. E a pobreza exige pressa!

É a mesma coisa que discutimos sobre o PT. A reformulação do PT não vai ser de um momento para o outro.

‘País só cresce com pressão política e definição de Lula nesse sentido’

Secretário nacional de economia solidária entende que a decisão pelo crescimento será realmente uma prioridade do presidente, mas que país seguirá no “fio da navalha” do crescimento econômico e da estabilidade

SÃO PAULO – O professor de economia da Universidade de São Paulo, Paul Singer, acredita que o segundo mandato do presidente Lula correrá novamente no “fio da navalha” do crescimento econômico e da estabilidade monetária. Secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, Singer entende que a decisão por um crescimento maior e melhor do Brasil nos próximos anos será realmente uma prioridade do presidente. Mas acredita que tal mudança não virá sem pressão política, e sem decisões nessa direção por parte de Lula.

Para o professor, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, a queda das taxas de juros – não somente as do Banco Central, mas também dos bancos públicos – é uma das medidas estruturais a se buscar, ao lado do controle de capitais e da valorização do real frente ao dólar.

Nessa entrevista à Carta Maior, Singer fala também sobre o futuro do Partido dos Trabalhadores – do qual faz parte desde os tempos de sua fundação e que para ele precisa deixar de ser dependente de grandes somas de dinheiro –, bem como sobre os desafios e conquistas da economia solidária no Brasil.

Carta Maior – Professor, podemos dizer que o primeiro e principal debate que surgiu após a reeleição de Lula foram os rumos da economia. Está recolocado o embate entre quem defende que se deve diminuir o superávit primário e o pagamento de juros, de modo a se priorizar o desenvolvimento e os investimentos sociais, e os que dizem que o país gasta demais, que é preciso mais ajuste para crescer, etc. O senhor acredita que a política econômica possa agora avançar no sentido de o país crescer mais, de distribuir mais renda, ou, mais uma vez, vai ser muito difícil de isso acontecer?
Paul Singer – Você tem de um lado, direita e esquerda. A direita nas eleições apoiou o Alckmin, por inteiro, com raras exceções, e perdeu. Agora, ela quer retomar seu espaço no governo que ela não apoiou. É explícito isso. A Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo], por exemplo, está procurando novos laços.

É compreensível. Mas essa é uma luta mundial. Não é uma particularidade brasileira. O centro da direita hoje não é a burguesia industrial, nem a agrícola, mas sim o capital financeiro, é a intermediação financeira. Ela exige estabilidade da moeda, e liberdade de movimento, para poder especular no mundo inteiro e quer que as moedas não percam valor, se não a sua matéria prima, o seu instrumento de ação, se desvaloriza e eles podem sofrer prejuízos.

A prioridade do capital financeiro é essa: inflação a mais baixa que puder e total liberdade de movimento dos capitais. Isso, de um lado é favorável à população pobre, pois realmente, para os trabalhadores, a inflação é uma perda do poder aquisitivo e não ter inflação é bom para eles.

Por outro lado, essas políticas são inimigas do crescimento. Você tem o capital especulativo causando crises, e mantendo os governos nacionais a rédeas curtas, pois se eles fogem do país, o país entra em uma crise enorme, inclusive inflacionária. Os governos que não se dispõem a enfrentar o capital financeiro ficam sujeitos a isso, sem muita alternativa.

CM – O que deve ser feito neste quadro?
PS – O governo controlar o movimento de capitais, não deixar entrar quando não precisa e não deixar sair quando precisa deles aqui. Não precisa ser uma coisa draconiana, basta colocar obstáculos, impostos.
O crescimento na Argentina, por exemplo, não é milagre. É uma política bem diferente da que nós fizemos. Mas eles estão com problemas inflacionários – não muito grandes, pois estão conseguindo, através de acordos coletivos com os supermercados, com a indústria, etc., segurar preços.

Então esse é o dilema brasileiro. Independentemente da briga entre esquerda e direita.

CM – A briga pelo crescimento não une setores da esquerda e da direita?
PS – A esquerda quer crescimento, quer acabar com o desemprego, porque isso prejudica enormemente os trabalhadores, porque isso debilita os sindicatos, debilita os movimentos sociais, mas ela também não quer muita inflação.

A direita diz desejar o crescimento, mas eu diria que é algo sem nenhuma consistência. A direita quer todas as medidas anti-crescimento e, ao mesmo tempo, promete que isso vai fazer a economia crescer. Ela promete, mas não faz.

CM – Então cabe ao governo ouvir mais a esquerda nesse campo?
PS – Para quem está no governo, para quem faz a política econômica, o dilema não é se atende à esquerda, se atende à direita. Se atender à esquerda de uma forma não muito cuidadosa, você acaba tendo problema inflacionário. Não imediatamente, mas em dois, três anos, você acaba com a reserva dos desempregados – que é hoje um desperdício enorme, você ter 20% das pessoas querendo trabalhar sem poder –, mas, tão logo esse desemprego murcha, começam as pressões por aumento de salário. E essas pressões acabam sendo repassadas aos preços em um momento que a economia está aquecida, porque não tem problema aumentar o preço, as pessoas vão comprar do mesmo jeito. Então uma inflação que começa, com 3%/ano, pode virar 30% ao ano em dois, três anos. Isso é ruim, porque nós temos experiência disso, você entra em um círculo que depois é muito difícil de sair.

De alguma forma, é preciso combinar um crescimento mais vigoroso, com uma estabilidade, que não precisa ter taxas tão baixad como agora. Esse ano a inflação vai ser de cerca de 3%, a meta era 4,5%. Eu diria que, enquanto a inflação for de um dígito, é possível maneirá-la e não torná-la destrutiva.

CM – Mas tentando apontar alguns caminhos sobre como o país poderia crescer mais e melhor, professor. Já na campanha para a eleição de Lula em 2002, falava-se na importância da formação de mercado interno de massas, de se ver como controlar os capitais, havia a questão de superar gradativamente o modelo de exportação de produtos primários, passando a exportar produtos de maior valor agregado… Para o senhor, quais seriam os instrumentos a ser priorizados?
PS – O governo teve um êxito muito forte em controlar a inflação, que foi bastante alta em 2003, mas ele sacrificou o crescimento. Por outro lado, conseguiu fazer redistribuição de renda, por isso foi tão bem avaliado e reeleito com essa grande votação. O governo conseguiu reduzir a inflação e ao mesmo tempo dar mais poder aquisitivo, mais consumo à parte pobre da população. Houve também uma melhora qualitativa no emprego, no sentido de que há mais emprego formal. Quem pagou essa conta foi a classe média assalariada, que está sendo punida por um desemprego ainda bem alto e que continua quase no mesmo nível em que estava ao final do governo Fernando Henrique.

Então, agora é necessário acelerar o crescimento para reduzir o desemprego, sem pressões inflacionárias muito fortes. É o que o presidente e todo mundo quer, mas é o fio da navalha.

CM – A queda das taxas de juros é fundamental nisso, não?
PS – Para obter essa aceleração do crescimento, realmente me parece indispensável reduzir os juros.

E reduzir os juros não basta reduzir a Selic [taxa básica de juros do Banco Central]. Isso já está demonstrado, a Selic está baixinha – não muito baixa, está ainda a maior do mundo, mas ela está bem menor do que foi historicamente nos anos 90. Está por 13,75% ao ano e promete continuar caindo. O diabo é que os outros juros não caem. E são esses que atingem as empresas e a população.

CM – Mas a queda da Selic é indispensável…
PS – A Selic atinge o governo, sua queda vai permitir ao governo fazer um superávit menor, porque o custo da dívida vai ser menor, de modo que a queda da Selic é uma questão positiva em si. Mas não resolve a questão do investimento e do consumo de bens duráveis, pagos à prestação, em que a população continua pagando juros fantásticos.

CM – Como enfrentar esse problema?
PS – É preciso, por exemplo, conseguir que os bancos públicos abaixem os juros, e isso só vai ocorrer por pressão política: "ordem do presidente da República: o Banco do Brasil passa a cobrar metade do que cobra hoje no cartão, no capital de giro, em todas suas modalidades de crédito". Isso certamente obrigará os bancos privados a irem na mesma direção, pois estão no mesmo mercado. Hoje, os bancos não competem entre si, é um oligopólio. Sei que há esforços do presidente nessa direção, mas por enquanto sem resultados.

CM – O senhor falou em outros instrumentos prioritários.
PS – A outra questão essencial, a meu ver, é assumir publicamente o controle da movimentação de capitais e mudar o câmbio. Hoje o nosso câmbio é extremamente desfavorável ao crescimento do país. Nós estamos exportando empregos à medida em que aumentamos a importação de coisas que já se fazia aqui – desnecessariamente.
Tudo isso ajuda a conter a inflação, mas se você não quiser priorizar só a inflação, quiser que o emprego cresça, você tem que tomar algumas medidas nessa direção também. Por exemplo, fazer o dólar ir para cerca de R$ 3, para você ter novamente competitividade lá fora e aqui dentro.

CM – Mas professor, essa é uma engenharia complexa, não?
PS – Todas essas variáveis juntas, sim, é uma engenharia muito complexa. Mas não para o dólar subir. Com determinadas barreiras à entrada de capital especulativo, obrigando ele a ficar aqui vários anos – e não lhe permitindo entrar e algumas semanas depois sair com os lucros –, você já cria uma condição do dólar começar a subir. Sem causar alarme. o alarme é um problema de quem quer se alarmar.
Essas são as coisas que comprovadamente levam ao crescimento. O que a direita propõe não leva ao crescimento, é puramente interesse deles. Isso é importante dizer.

CM – Nessa campanha, o tema das privatizações voltou novamente à cena, e até o senhor falou em um evento em Brasília, em homenagem ao jornalista Aloysio Biondi, de que na verdade o que se estava discutindo era o papel do Estado, era a capacidade de o Estado redistribuir renda, etc. O senhor poderia falar um pouco mais a respeito?
PS – A reivindicação das privatizações, no fundo, anda ao lado da redução do gasto social, do Bolsa Família, de reduzir ou não aumentar o salário mínimo acima da inflação. Depois de apoiar Alckmin e perder, a camada empresarial está protestando, querem que o Lula faça o que o Alckmin teria feito se fosse eleito. Então há uma briga séria a esse respeito, e teremos que enfrenta-la. O que esses setores reivindicam não leva a crescimento e é um recuo, uma reversão de um rumo que o povo aprovou, por esmagadora maioria.

CM – O governo federal deveria olhar com mais cuidado para a questão da redução dos seus gastos, como exigem esses setores?
PS – É preciso discutir essa posição, que infelizmente foi respaldada pelo governo em algumas situações.

Mas não vejo motivo algum. Ao baixar a Selic, gasta-se menos com a dívida, e há novos recursos para investir. É um escândalo você gastar 8% do PIB [Produto Interno Bruto do país] com a dívida. Chegou a ser mais, chegou a 10% do PIB, mas tem que cair bem. Com isso se libera volumes grandes de recursos para continuar os programas sociais e fazer investimentos.

CM – Então para o senhor essa questão das privatizações diz mais respeito ao papel do Estado e para onde os recursos vão do que à questão do crescimento propriamente dito.
PS – A defesa das privatizações é um ponto de vista puramente ideológico. Os liberais, que são a direita hoje, sustentam que tudo que a iniciativa privada pode fazer o Estado não deve fazer. Então você acaba com o ensino público, você acaba com a saúde pública, você pode ir longe nisso. Os tucanos estão nessa. O que eles não conseguem privatizar, eles fazem os tais contratos sociais, entregam os hospitais, escolas, o que puder, a grupos privados, ainda que sem fins lucrativos. Sou contra isso.

Mas acho, também, que é preciso democratizar o Estado, de modo a haver mais participação, com alguma supervisão estatal, claro, mas dando a máxima autoridade aos diretamente interessados. Eu quero as escolas públicas dirigidas pelos professores, alunos e pais dos alunos. A mesma coisa pode acontecer na área de saúde, e em várias outras áreas que possuem uma presença importante do governo.

Compartilhe nas redes: